

A institucionalização das políticas públicas de Turismo do Estado do Pará

Thalisson Silva da Silva¹
Vânia Lúcia Quadros²
Juliane dos Santos Alves³

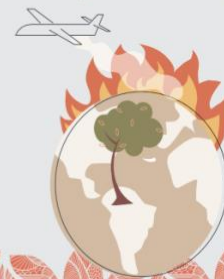
Resumo

A análise de políticas públicas é uma prática pouco usual, porém necessária e de suma importância para que se tenha políticas que realmente atendam aos anseios e demandas dos cidadãos. Em se tratando das políticas públicas de turismo, a insipiência é, ainda, maior. O que justifica a necessidade de mais estudo sobre isso. Nesse contexto, este trabalho apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento sobre a análise das políticas públicas de turismo no Estado do Pará. O estudo parte do questionamento: como o Estado do Pará tem institucionalizado as políticas públicas de turismo desde 1991 até 2024? O objetivo é analisar as políticas públicas de turismo institucionalizadas no Pará ao longo desse período. Utilizou-se como base teórica o conceito de política pública de Dye (2009), que a define como aquilo que os governos decidem ou não fazer, fornecendo uma perspectiva mais ampla e inclusiva às decisões estatais; e o Modelo de Fluxos Múltiplos de Kingdon (1995, 2007, 2011), que foi formulado para compreender as etapas iniciais de estabelecimento da agenda e de especificação das alternativas do processo de formulação de políticas públicas. Conforme tal modelo, as políticas públicas são fruto da convergência dos fluxos de problema, da política e das políticas públicas, pela ação de um empreendedor de políticas durante a abertura de uma janela de políticas públicas no momento em que os três fluxos convergem. Cada um desses fluxos é influenciado por fatores e pelos participantes ativos visíveis e invisíveis. Assim, o fluxo de problemas é influenciado pelos participantes ativos visíveis e pelos indicadores, eventos foco e feedback de programas já existentes; o da política, pelos participantes ativos visíveis e pelo clima político estadual, mudanças no governo e forças políticas organizadas; e o de políticas públicas, pelos participantes ativos invisíveis e pela viabilidade técnica, harmonia com as comunidades e antecipação de restrições (orçamentárias; aceitabilidade dos públicos de massa e do especializado; receptividade dos políticos). A pesquisa exploratória e descritiva ora relatada contou com coleta de dados realizada no site da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) (<https://www.alepa.pa.gov.br>), complementada com buscas no site da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) (<https://seplad.pa.gov.br/plano-plurianual-ppa/>), com um processo de seleção que envolveu a análise de documentos oficiais e atos normativos. Como resultado preliminares tem-se que foram identificadas 95 políticas públicas que mencionam o turismo em seu conteúdo, analisadas conforme quatro categorias: lei, Plano Plurianual (PPA), Lei

¹ Discente em Turismo. Universidade Federal do Pará. <https://lattes.cnpq.br/6395994073399659>. Thalissonsilva21@hotmail.com.

² Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. Professora da Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará (UFPA). <http://lattes.cnpq.br/1887894972158078>. E-mail: vaniaquadros.ufpa@gmail.com.

³ Discente em Turismo. Universidade Federal do Pará. <http://lattes.cnpq.br/6188518176364462>. juliane.s.a.ufpa@gmail.com.



Orçamentária (LOA e LDO) e decreto. Dessas, 28 são leis, 16 decretos, 26 LOA, 16 LDO e 9 PPA (anos 1992-1995, 1996-1999, 2000-2003, 2004-2007, 2008-2011, 2012-2015, 2016-2019, 2020-2023, 2024-2027). O detalhamento de 11 das 95 foi encontrado no site da SEPLAD (2 LDO e 9 PPA) e o restante no da ALEPA. E que o ano de 2004 se destaca como o com a maior quantidade de atos normativos relacionados ao turismo: sendo 2 leis amplas, 2 planos plurianuais, 1 lei orçamentária e 1 decreto. Além disso, foram identificados 74 projetos de lei arquivados ou que estão em processo de análise e 1 decreto arquivado. Quanto aos PPA 2012-2015 e 2020-2023, convém correlacioná-los com os planos de turismo do estado do Pará, o Plano Ver-o-Pará (Pará, 2011) e o Plano Abre Caminho (Pará, 2020). Assim, no PPA 2012-2015 constam três programas voltados para a atividade turística, sendo eles: Pacto pelo Direitos Humanos, com objetivo de combater ao abuso de crianças e adolescentes no turismo, montante de R\$ 205.951 e órgãos executores CBM, CPC, DETRAN, IMETROPARÁ, PARATUR, PMPA, Polícia Civil, SEAS, SEGUP, SEJUDH e SUSIPE. O programa Nossa Cultura Nossa Arte, com objetivo de dinamizar a arte, cultura, turismo, lazer e serviços em espaços de referência histórica e paisagística; montante de R\$ 16.171.171 e órgãos executores FCG, FCPTN, FCV, FUNTELPA, IAP, SECULT e PARÁ 2000. E, por fim, o Turismo na Amazônia, com os seguintes objetivos e montantes: cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo (R\$ 225.866), construção de centro de convenções (R\$ 50.000.000), fomento à diversificação do turismo paraense (R\$ 9.500.000), fomento da pesca esportiva (R\$ 3.476.820), qualificação de profissionais do turismo (R\$ 2.351.580), promoção e divulgação do Pará (R\$ 7.325.438), implantação de projetos turísticos - PRODETUR-PA (R\$ 58.883.818). O PPA 2020-2023 foi aprovado em dezembro de 2019, contando com 17 programas temáticos, entre os quais o “Indústria, Comércio, Serviços e Turismo”, com objetivo de promover o Turismo como atividade econômica e montante de R\$ 253.900.295,00, a ser executado a partir das 12 regiões de integração nas quais o estado está dividido. Observou-se, a se pensar consoante ao Modelo de Fluxos Múltiplos, que o Plano Ver-o-Pará foi lançado em 11/11/2011, antes da aprovação do PPA 2012-2015 (28/11/2011) e que o Abre Caminho foi lançado em outubro de 2020, após o PPA 2020-2023 (30/12/2019). Por fim, constatou-se que o PPA, a LOA e a LDO passaram a ser publicizadas somente a partir do ano 2000, quando entrou em vigência a Lei de Responsabilidade Fiscal, e que a pesquisa necessita ser continuada visando sanar as lacunas identificadas, por exemplo, quanto aos proponentes das políticas públicas de turismo e quanto à correlação entre os planos de turismo e os PPA.

Referências

- DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs.) **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, 2009, p. 99-129.
- KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 2. ed. [S.l.]: Longman, 2011.
- KINGDON, John W. Agenda setting. In: THEODOULOU, Stella Z.; CAHN, Matthew A. (Org.). **Public policy: the essential readings**. New Jersey, USA: Prentice Hall, 1995. p. 105-113.
- KINGDON, John W. Juntando as coisas. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas: coletânea**. v. 1. Brasília: ENAP, 2007. p. 225-246.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo. **Plano Ver-o-Pará: Plano estratégico de turismo do estado do Pará 2012-2002 – Relatório Executivo**. Belém, 2011. (Consultoria realizada Chias Marketing Ltda.). Disponível em: http://setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/plano_ver-o-para.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo. **Plano Abre Caminho: Plano de retomada da atividade turística no estado do Pará**. Belém, 2020. Disponível em: <http://setur.pa.gov.br/sites/default/files/acprgf.pdf>.

Palavras-chave: Análise de políticas públicas de turismo; Institucionalização de políticas públicas de turismo; Modelo de Fluxos Múltiplos; Estado do Pará.